



UESB/UESC - BA

Relatos e Experiências de uma Mãe-Pesquisadora: Educação Matemática de Pessoas Autistas

GD: Educação Matemática de Pessoas Autistas

Lusileide Mota do Nascimento¹

Edmar Reis Thiengo²

Maria Alice Veiga Ferreira de Souza³

Resumo do trabalho. Este artigo traz um recorte da introdução da pesquisa de pós-graduação Stricto Sensu do Programa em Educação em Ciências e Matemática (Educimat) do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), campus Vitória. A pesquisa em andamento tem como objetivo minimizar as microexclusões e intensificar a inclusão de estudantes autistas no ambiente escolar propondo a utilização de metodologia utilizada no Japão há mais de 150 anos, conforme ISODA, Massami; OLFOS, Raimundo. O método *Lesson Study* faz parte das práticas docentes nas escolas japonesas para a melhoria do ensino da matemática. Este método poderá viabilizar a inserção e apropriação dos conceitos matemáticos, estimulando os sujeitos autistas a aprenderem e não somente a replicarem mecanicamente as expectativas de ensino dos professores. Apresentamos narrativas de experiências de uma mãe de dois filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) fundamentadas em CLANDININ, Jean; CONNELLY Michael. A motivação por pesquisar sobre o espectro se deu pelo fato de a primeira autora precisar amparar os filhos, para melhor entender o espectro, a organização cerebral das funções cognitivas envolvidas na sociabilização e a necessidade de auxiliar a escola com informações sobre métodos, técnicas e recursos adequados para o aprendizado do currículo escolar, visando possibilitar melhores condições de inclusão. Estas necessidades, intercaladas ao período que compreendeu a primeira matrícula na educação infantil até o fim da permanência destes no ensino fundamental II em espaços formais de educação, justificam-se pelo fato de que, durante esse tempo, eles viveram à margem do currículo escolar e dos planejamentos pedagógicos da maioria dos professores.

Palavras-chave: autismo; currículo; aprendizagem; matemática.

Introdução

¹ Instituto Federal do Espírito Santo, lusileidemota26@gmail.com.

² Instituto Federal do Espírito Santo (co-orientador), thiengo@ifes.edu.br.

³ Instituto Federal do Espírito Santo (orientadora), alicevifs@gmail.com



II ENEMI
Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

No esforço de aprender-se mais sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), entender com ele afeta o cérebro das crianças e com o intuito de buscar garantir os direitos de educação básica e de qualidade para dois sujeitos com autismo, busca-se a realização de um sonho antigo, uma formação superior que aliada às necessidades dos filhos possivelmente indique caminhos que agreguem a sistematização de conhecimentos sobre o espectro e possibilidades de estímulo ao desenvolvimento da comunicação e interação sociais que minimizem os movimentos estereotipados, a fala repetitiva, os padrões de rotina e a resistência à mudanças, prejuízos causados pelo autismo, conforme especifica o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), publicado em 2014.

Para este feito, a primeira autora logo iniciou a carreira de pedagoga, por necessitar conhecer as engrenagens do sistema educacional que dão preferência em primeiro lugar ao atendimento da maior quantidade de alunos da escola em detrimento de poucos, cujo público alvo da educação especial costumam ser pensados de modo secundário. Situações como esta foram experienciadas muitas vezes pela primeira autora em visitas às escolas com intuito de cobrar dos professores o planejamento que não era elaborado para os filhos. Nesses momentos, emergia a reflexão sobre a educação “para todos” prevista no artigo 205 da Constituição Federal, a lei brasileira de inclusão que prevê “[...] o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p. 1). Legislações não faltam ao contexto brasileiro, mas carecem de sistemas de ensino que pratiquem a humanização e de professores facilitadores do processo educacional para o público com TEA e outras necessidades específicas.

Nesse esteio, Gomes (2007), vislumbra sobre a questão da exclusão que: “muito do que fomos educados a ver e distinguir como diferença é, na realidade, uma invenção humana que, ao longo do processo cultural e histórico, foi tomando forma e materialidade”. (GOMES, 2007, p. 25). Segundo essa autora, as pessoas, em geral, são distintas umas das



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

outras, mas principalmente as pessoas com alguma deficiência são vistas como diferentes, quando na verdade o que ocorre é que as suas limitações foram evidenciadas. São exatamente essas evidências dos alunos autistas que demandam atenção especial, de um olhar sensível, sobretudo de educadores. A Lei 12.764 de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conhecida como Lei Berenice Piana, trouxe esse novo olhar para as pessoas com TEA, criando expectativas de reduzir as diferenças sofridas por esse público.

Tendo em vista a necessidade de contribuir com a aprendizagem de estudantes com autismo e a primordialidade de colaborar com docentes no que diz respeito a metodologias adequadas e legislações pertinentes que amparam esse público, busca-se conhecer elementos que esclareçam: (1) de que forma os autistas podem ter acesso à aprendizagem, (2) que procedimentos a escola deve adotar pedagogicamente para ensiná-los, (3) que estratégias podem contribuir para que esse público seja contemplado com uma aprendizagem mais significativa, e ainda, (4) como abordar os docentes e conscientizar sobre a existência desses estudantes e sugerir o uso de materiais disponíveis como a adaptação curricular e de conteúdo, quando for necessário, que são entendidas como modificações e ajustes que podem ampliar o acesso mais flexível ao currículo.

Nesta perspectiva, este artigo pretende contribuir com os profissionais da educação que se interessam por (re)conhecer e compreender o espectro autista, conscientizar esses profissionais, que cotidianamente convivem com pessoas autistas a praticarem a resiliência, a conhecerem a realidade de cada um deles e a fazer parte da história dessas pessoas. Trata-se de um desafio que se configura no estabelecimento de confiança e comunicação.

Aspectos Metodológicos



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

A metodologia adotada para este estudo utiliza a pesquisa narrativa com abordagem qualitativa de experiências do cotidiano familiar e docente, pesquisas e investigações acerca do espectro autista, bem como, participações em formações livres e especializações. De acordo com Clandinin e Connely (2015, p. 20) a pesquisa narrativa, trata-se de “uma forma de entender a experiência”.

Neste caso, a proposta do artigo é narrar as experiências da primeira autora que é mãe de dois filhos com TEA. Para tanto, reúne os principais dados desde o nascimento do primeiro filho, em 1990, até o nascimento do segundo filho, no ano de 2000. A partir do ano de 2001 acumula formações sobre o espectro e legislações da educação especial.

A mãe alimentava o sonho de ser educadora, mas diante do nascimento dos filhos o desejo foi adiado por alguns anos. Mas logo começaram a surgir dificuldades em face das várias demandas que eles careciam na área da saúde e educação, assim, retoma os estudos para conhecer mais sobre o espectro e amparar os filhos. Consequentemente, se forma em pedagogia e posteriormente em matemática.

Todavia, a primeira autora, percebe que além dos filhos também seria possível colocar em prática suas experiências em favor dos alunos público alvo da educação especial matriculados no ensino regular. Neste ponto de vista, assume função pedagógica na educação básica. Diante deste contexto, esta narrativa traz experiências relevantes de uma mãe, professora e pesquisadora em educação.

Relatos e experiências

Já nas séries iniciais do Ensino Fundamental I reuniam-se vários alunos da classe escolar na própria residência para realizar a tarefa do dever de casa da professora em quem espelhavam-se. Escrevia-se com perfeição no quadro que era o muro da casa para os colegas



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

copiarem, o que naquela época, compreendia-se como um reforço para o dever da escola. Aqui a vontade de pesquisar já era evidente, mas não se tinha a noção do que era uma pesquisa. Não se dominava a paciência adequada com os “alunos aprendizes”, mas tinha-se uma vontade imensa de ser professora. No início do segundo grau não foi possível frequentar o curso normal e o sonho adormeceu por alguns anos.

Deste modo, ao término do segundo grau, nasce o primeiro filho. A tarefa de ser mãe apresentou-se muito exaustiva e adiou-se mais uma vez a construção do sonho de ser educadora. Nos primeiros sete anos de vida do primogênito, já se colecionava diversas matrículas em escolas particulares e públicas e muitas... muitas idas e vindas a médicos e equipes multifuncionais. A condição da criança de não se comunicar verbalmente, interagir socialmente e outras situações que a incomodavam, a mais grave era autoagressão. Desta feita, obteve-se então um diagnóstico: Autismo Infantil grau severo e epilepsia.

O momento do diagnóstico de autismo em um filho é desafiador para muitos pais, pois envolve medos, sentimentos, crenças, os quais podem ser relacionados a diferentes fatores. [...] Também é importante auxiliar os pais a entender as manifestações específicas do autismo em seu filho e encorajá-los a tirar dúvidas, bem como ler livros sobre indivíduos com autismo e sua família, falar com outras famílias que tenham crianças na mesma situação e auxiliá-los em sua busca de apoio e conforto (SCHMIDT, 2013, p. 97).

O TEA é um distúrbio comportamental que se manifesta antes dos três anos de idade e se prolonga por toda a vida. Este transtorno,

[...] é caracterizado por um conjunto de sintomas, com alterações em três áreas específicas: a socialização, a linguagem/comunicação e o comportamento. Os componentes desse trio andam sempre “de mãos dadas” e estão intimamente relacionados. É importante enfatizar que os maiores prejuízos estão sempre ligados às habilidades sociais e, quando não tratados adequadamente, podem desencadear dificuldades por toda a vida (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p. 87).

Considerando essas particularidades do TEA, é importante:



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

Compreender esse transtorno pode ser relativamente simples quando estamos dispostos a nos colocar no lugar do outro, a buscar a essência mais pura do ser humano e a resgatar a nobreza de realmente conviver com as diferenças. E talvez seja esse o maior dos nossos desafios: aceitar o diferente e ter a chance de aprender com ele (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p. 12).

Não se percebeu com clareza o que se enfrentaria, mas sabia-se que o propósito de se formar professora teria que esperar um pouco mais. Diante do diagnóstico de TEA, inicia-se uma sequência de investigações para obter-se mais informações sobre espectro. Neste momento, passa-se a compreender como se fazia pesquisa e a necessidade de colocá-la em prática. Precisava-se de informações relevantes sobre o espectro que pudessem melhorar a qualidade de vida do filho. Percebem-se pouquíssimas fontes de informação na década de 1990. Logo surge o enfrentamento ao preconceito e a discriminação, tanto dentro, quanto fora da família, fatores que aumentaram ainda mais as angústias e a inquietude em ter acesso ao saber científico, acreditando que dessa maneira ter-se-ia mais condições de cuidar(educar) e proteger(defender) os direitos da criança.

Após dez anos de lutas e convivência com o primeiro filho, nasce o segundo, e esperava-se deste, ajuda com o primogênito. Mas algo parecia errado logo no primeiro ano de vida do bebê, o primeiro encaminhamento da pediatra foi a um neuropediatra que fez vários exames, mas nada de errado foi detectado. Contudo o desenvolvimento motor não avançava, a criança não interagia com outras pessoas e tinha um apego muito grande com a mãe. Na educação infantil, não se aproximava dos coleguinhas. Assim, foi encaminhado a um tratamento disponível naquele período chamado de estimulação precoce. O psicólogo também foi uma indicação que após várias sessões de terapia, diagnosticou a criança com TEA com mais ou menos 3 anos de idade. O diagnóstico não foi aceito pela família sob a alegação de que já se tinha um filho autista, e as ações, as necessidades, os comportamentos de ambos eram totalmente diferentes, ou seja, não identificávamos traços de autismo na criança em investigação pelo psicólogo. Hoje, sabemos que o espectro se diferencia de uma



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

pessoa autista para outra, considerando idade, grau de intensidade, associações a outras síndromes, ou outras deficiências, por comorbidades, termo usado na área da saúde, e outras situações relevantes.

Em virtude dos problemas que se agravavam, a criança apresentava muita dificuldade motora e de aprendizagem. Consoante a este quadro, a escola constantemente cobrava um assistente para auxiliar a professora no ensino fundamental I. Frente à insistência da escola, retoma-se a romaria aos médicos, pois este profissional assistente só seria possível se tivéssemos um laudo médico de deficiência para a criança. Portanto, primando pelo bem-estar psicológico, emocional e com vistas ao alcance da aprendizagem do filho, iniciava-se a já conhecida jornada em busca de médicos especialistas para se descobrir o que havia de diferente com a criança. Após dois anos de buscas por um profissional capacitado para emitir um diagnóstico confiável, aos sete anos de idade, em uma única consulta com uma psiquiatra especialista em TEA, o diagnóstico foi surpreendente. O segundo filho de uma gestação dez anos após o nascimento do primogênito, é diagnosticado com autismo de grau leve acompanhado de retardo mental leve cuja nomenclatura atual é a de deficiência intelectual leve.

Assim, com dois filhos com TEA as limitações para estudar aumentaram significativamente. Embora estudar agora era também uma espécie de sobrevivência em um mundo em que os profissionais da área da saúde (ainda hoje é assim) pouco sabem sobre autismo e os direitos dessas pessoas, quiçá os professores do ensino regular, e até mesmo da educação especial. Enquanto uns faziam o que podiam para ajudar seus alunos, mesmo sem saberem se os procedimentos pedagógicos adotados estavam surtindo alguma aprendizagem, outros fingiam que eles eram invisíveis, ou então se justificavam, vergonhoso replicar, que tais estudantes estavam na escola apenas para socialização, realidade que lamentavelmente ainda é utilizada por muitos profissionais da educação.



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

Contudo, a mãe precisava encontrar meios de ajudar seus filhos e inicia-se pela legislação que os amparava na época. Ainda desejosa em atuar na educação, no advento do Ensino Superior à Distância encontra-se a possibilidade de dar início à realização do sonho de ser educadora. Dessa maneira, ingressa no curso de Pedagogia, paralelamente, dispensando atenção e cuidados necessários aos filhos, em 2011, realiza a primeira formatura.

Mediante a vontade de trabalhar na educação assume função pedagógica no ensino regular e em pouco tempo se certifica de que a experiência de mãe de autistas contribuiria significativamente com a demanda de alunos autistas e alunos público alvo a educação especial matriculados no ensino regular. Percebeu-se que se encontravam nas escolas professores despreparados, angustiados, sem formação adequada, carentes de orientação e de uma luz que pudesse indicar-lhes um caminho que pudesse levá-los a criar possibilidades de aprendizagem para seus alunos. Em nenhum momento pensou-se em dar conta de toda a demanda, mas em ser uma luz e sobretudo favorecê-los com o pouco conhecimento até então adquirido, por experiência e por formações.

Dessa forma, se ainda existia uma zona de conforto, esta ficou para trás dando lugar a novas jornadas de estudos. Ainda sem saber por onde começar, fiz várias especializações e uma segunda licenciatura, em Matemática, área de minha paixão. Portanto, a meta eminente era melhorar a aprendizagem das pessoas com autismo.

Nessa perspectiva, como a vida é um ciclo que não pode parar, seguimos com este artigo que é um recorte da introdução da Dissertação de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática (Educimat) do Ifes, campus Vitória-ES que visa discutir e identificar nas atividades coletivas e colaborativas de matemática, as mediações e as interações sociais entre os estudantes autistas e professores em um contexto inclusivo de educação, verificando quais contribuições a abordagem japonesa *Lesson Study* pode trazer



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

para o desenvolvimento da aprendizagem do conceito de frações. Este recorte relata as motivações da primeira autora que é mãe de dois filhos autistas.

Em meio a constantes pesquisas verificou-se que a inclusão de alunos com TEA no ensino regular, mantém-se como um grande desafio que caminha a passos lentos, embora exista amparo legal para respaldar as necessidades educacionais especiais destes estudantes, as macroinclusões, existe também a necessidade de que se corrobore com estas leis as microinclusões que significam formações que capacitem os profissionais envolvidos nos processos de educação inclusiva. A mãe Berenice Piana mantém uma luta que é de todos que se interessam pela causa das pessoas com TEA e buscam a inclusão.

[...] a aprovação de uma lei por meio de iniciativa popular no Brasil é uma mulher chamada Berenice Piana, mãe de um menino autista. Sua busca por inclusão para o seu filho deu origem à lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que definiu o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma deficiência e ampliou para as pessoas com autismo todos os direitos estabelecidos para as pessoas com deficiência no país (AUTISMO E REALIDADE, 2020, p. 1 - grifos do autor).

Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz como garantia de seus objetivos a transversalidade na educação especial desde a educação infantil até o ensino superior, perpassando níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2008, p.8) e o respaldo do documento do MEC, Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas que reafirmam a visão que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial, resistências que precisam de ser eliminadas por serem desfavoráveis à aprendizagem dos estudantes.

Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2007, p. 5).



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

Verifica-se que a igualdade de condições para acesso e permanência na escola significando a oferta de um currículo escolar adequado às singularidades dos estudantes com TEA que estimule e potencialize suas habilidades, em vez de elencar suas limitações, ainda é motivo de restrições nas escolas. Com efeito, há muito o que se fazer para que a garantia de transversalidade em níveis elevados de ensino seja estabelecida na educação.

Mediante o exposto, afirma-se, por experiência da primeira autora, que a iniciativa de aproximação do professor ao aluno significa um grande avanço a essas restrições, sendo preciso apenas conhecimento sobre autismo, muito amor e afeto. Assim, o docente ganhará a confiança do aluno tão importante neste processo de interação que certamente se consolidará em aprendizagens. Silva, Gaiato e Reveles (2012) destacam que:

Conhecer a fundo uma pessoa com autismo pode trazer um aprendizado especial para nossas vidas. Assim como um diamante precisa ser lapidado para brilhar, uma pessoa com autismo merece e deve ser acolhida, cuidada e estimulada a se desenvolver. Para isso são necessárias ações motivadoras, [...]. Uma pessoa com autismo sente, olha e percebe o mundo de maneira muito diferente da nossa. Pais, professores, profissionais e a sociedade como um todo precisam mergulhar em seu universo particular e perceber o mundo da mesma forma que ele o vê. Imbuídos desse espírito, os resultados dessa empreitada são surpreendentes e transformadoras (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012, p. 15).

Espera-se que os docentes do ensino regular estabeleçam parcerias colaborativas com a educação especial e que a “Lei Brasileira de Inclusão” (BRASIL, 2015), não seja apenas mais um instrumento capaz de efetuar mudanças, mas que efetive ações de equidade e inclusão no âmbito dos sistemas educacionais de ensino.

Conclusão

A considerações deste artigo apontam experiências e informações que podem colaborar com reflexões para os profissionais da educação que se interessam por



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

(re)conhecer e compreender o espectro autista. A primeira autora é pesquisadora, professora e mãe de duas pessoas com TEA e movimenta uma luta de conscientização desses profissionais que cotidianamente convivem com esse público nos ambientes escolares e fazem parte da história dessas pessoas que também têm muito para ensinar. Sendo assim, esse desafio se configura, primordialmente, no estabelecimento de confiança e comunicação que deve ser conquistada a cada encontro.

Conclui-se que sob a perspectiva da educação inclusiva o professor deve engajar-se em formações que o permita obter conhecimento sobre o espectro autista e aprender a se conectar com a realidade do aluno com TEA. Dessarte, transpor os obstáculos que distanciam o aluno da educação de qualidade por meio de estratégias mais flexíveis dando ênfase as habilidades do aluno. Neste sentido, vale lembrar que toda a escola deve compartilhar desse processo para juntos contribuírem com as especificidades do aluno com TEA de forma a favorecer a sua sociabilidade e aprendizagem.

Em suma, a primeira autora, pretende dar continuidade às pesquisas doravante iniciadas sobre a aprendizagem matemática de alunos autistas, bem como, continuar atuando como professora e pedagoga. Estas são tarefas desafiadoras, sobretudo, quando os filhos são autistas, mas não são impossíveis de serem realizadas!

Referências

AUTISMO E REALIDADE. **Berenice Piana**: um marco nos direitos dos autistas. 2020.. Disponível em: < <https://autismoerealidade.org.br/2020/03/30/berenice-piana-um-marco-nos-direitos-dos-autistas/>> Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.



ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria no 555/2007, prorrogada pela Portaria no 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.764, De 27 de Dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm#:~:text=L13146&text=LEI%20N%C2%BA%2013.146%2C%20ODE%206%20DE%20JULHO%20DE%202015.&text=Institui%20a%20Lei%20Brasileira%20de,Estatuto%20da%20Pessoa%20com%20Defici%C3%Aancia>. Acesso em: 13 set. 2020.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa Narrativa: Experiências e história na pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. 2. ed. Uberlândia: UDUFU, 2015.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Dados Eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: < <file:///E:/LIVROS/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

ISODA, M. I; OLFOS, R. **El enfoque de resolución de problemas en la enseñanza de la matemática a partir del estudio de clases**. Ediciones Universitarias de Valparaíso, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, 2009.

GOMES, N. L. **Indagações sobre Currículo: diversidade e currículo**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2007.

SCHMIDT, C. (org). Autismo, Educação e Transdisciplinaridade. In: SEMENSATO, M. R.; BOSA, C. A. **A Família das Crianças com Autismo: contribuições empíricas e clínicas**. 6 ed. SP: Papyrus, 2013. Cap. 5, p. 81-105.

SILVA, A. B. B.; GAYATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo Singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.